



FORMAÇÃO TEÓRICA  
CACD 2020

# DIREITO INTERNACIONAL

PROF. PEDRO SLOBODA

## CRONOGRAMA DE AULAS

### **Aula 01 – Introdução ao Direito Internacional**

*Item do edital: 15. Direito Internacional. Desenvolvimento.*

#### **1 Introdução ao Curso**

- 1.1 Comentários à prova do IRBr
- 1.2 Comentários à bibliografia

#### **2 DIP e Relações de força**

#### **3 Caráter jurídico do DIP**

- 3.1 Negadores do DIP – práticos e teóricos
- 3.2 A questão da sanção

#### **4 Fundamento de validade do DIP**

- 4.1 Voluntarismo
- 4.2 Objetivismo

#### **5 Sociedade Internacional**

- 5.1 Sociedade Vs Comunidade
- 5.2 Características da Sociedade internacional

#### **6 Definição – evolução do DIP no último século**

- 6.1 Novos sujeitos de DIP
- 6.2 Novas fontes de DIP

#### **7 Nomenclaturas**

#### **8 Estrutura do Direito Internacional**

- 8.1 Princípios diretores
- 8.2 Lógica de coordenação
- 8.3 Voluntarismo

## **Aula 02 – Fontes de DIP**

*Item do edital: 23 Fontes do DIP. Tratados internacionais. Costume Internacional. Princípios Gerais. Jurisprudência e Doutrina. Atos Unilaterais. Atos de Organizações Internacionais. Analogia e Equidade. Normas imperativas (jus cogens). Obrigações erga omnes. Soft Law. Acordos executivos. Conflito entre fontes. Incorporação de fontes extraconvencionais ao Direito brasileiro.*

### **1. Definição**

Fontes formais e materiais

### **2. Fontes tradicionais - Art. 38 do Estatuto da CIJ**

2.1 Tratados

2.2 Costumes

2.2.1 Elemento material

2.2.2 Elemento subjetivo

2.2.3 Jurisprudência

2.2.4 Criação e identificação; trabalhos da CDI

2.2.5 Negador persistente

2.2.6 Costume particular

2.3 Princípios Gerais de Direito

2.3.1 Evitar o *non liquet*

2.3.2 Princípios de direito interno

### **3. Artigo 38: Meios auxiliares**

3.1 Jurisprudência

3.2 Doutrina

### **4. Artigo 38: Equidade**

### **5. Novas Fontes**

5.1 Atos Unilaterais – requisitos e jurisprudência

5.2 Decisões de Organizações Internacionais – requisitos

### **6. *Soft law***

### **7. *Jus cogens***

### **8. Relação entre as fontes e as normas – jurisprudência e trabalhos da CDI**

## **Aulas 03 –Direito internacional e direito interno**

*Item do edital: 15. Direito internacional Público (DIP) e o Direito Interno. Constituição e Direito Internacional. Estados federados e entes federados. 16 Princípios que regem o Brasil nas relações internacionais (art. 4º CF/1988).*

### **1. Dualismo jurídico**

### **2. Monismo jurídico**

- 2.1 Monismo nacionalista
- 2.2 Monismo internacionalista

### **3. Processo de internalização de tratados no direito brasileiro**

- 3.1 Dualismo moderado
- 3.2 Processo de incorporação de tratados - assinatura; aprovação; ratificação; promulgação; publicação.
- 3.3 Acordos executivos
- 3.4 Denúncia de tratados

### **4. Hierarquia dos Tratados no ordenamento jurídico brasileiro**

- 4.1 Tratados convencionais – RE 80.004, de 1977.
- 4.2 Tratados de Direitos Humanos – CF art. 5º § 3º e RE 466.343, de 2008.
- 4.3 Tratados em matéria tributária
- 4.4 A crítica doutrinária

### **5. Os princípios constitucionais de relações internacionais**

### **6. O Direito Internacional e o Direito Brasileiro - Costumes**

- 5.1 Monismo jurídico

### **7. O Direito Internacional e o Direito Brasileiro – outras fontes de DIP**

- 7.1 Decisões de OIs
- 7.2 Resoluções do CSNU.

## **Aula 4 - Direito dos Tratados**

*Item do edital: 3. Fontes do DIP. Tratados internacionais.*

### **1. Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969**

Análise artigo por artigo

## **2. Tratado: definição**

2.1 Obrigatoriedade do tratado

2.2 Tratados Vs memorandos de entendimento

## **3. Estrutura de um tratado**

## **4. Classificação dos Tratados**

## **5. Meios de manifestação de consentimento**

## **6. Reservas**

6.1 Aceitação e Objeção a reservas

6.2 Parecer Consultivo CIJ (1951) sobre reservas à Convenção contra o Genocídio

6.3 Relatório da CDI sobre reservas (2013)

6.4 Reserva ≠ Declaração interpretativa

## **7. Interpretação de tratado**

7.1 Boa-fé; sentido comum; objetivo e finalidades; contexto

7.2 Meios suplementares

7.3 Textos autenticados em mais de um idioma

## **8. Tratados e terceiros Estados**

*8.1 Pacta tertiis nec nocent nec prosunt*

## **9. Emendas**

## **10. Nulidade, extinção e suspensão da execução de tratados**

## **11. Denúncia**

## **12. Depositário**

### **Aula 5 – Sujeitos de DIP**

*Item do edital: 18. Estado; 22 Sujeitos especiais do Direito Internacional; 25. Organizações Internacionais.*

## **1. Definição**

1.1 Caso Reparação de Danos Causados a Serviço das Nações Unidas, 1949

## **2. Personalidade jurídica originária e derivada; plena e limitada**

2.1 Teoria dos poderes implícitas

## **3. Capacidades jurídicas internacionais**

## **4. Estados**

## **5. Organizações internacionais**

5.1 Definição

5.2 Capacidades

## **6. Indivíduo**

6.1 Humanização do DIP

6.2 Capacidades

## **7. Casos particulares**

7.1 Estados de uma federação

7.2 Movimentos de libertação nacional

7.3 Comunidades beligerantes e insurgentes

## **8. Entidades *sui generis***

8.1 Santa Sé

8.2 Taiwan

8.3 Soberana Ordem de Malta

8.4 Comitê Internacional da Cruz Vermelha

## **Aula 6 – Estados**

*Item do edital: 18 Estado. Surgimento e extinção de Estados. Direitos e Deveres. Soberania.*

## **1. Elementos Constitutivos – Convenção de Montevidéu de 1933**

### **1.1 População permanente**

1.1.1 População ≠ povo ≠ nação

### **1.2 Território definido**

1.2.1 Não há necessidade de limites completamente definidos

1.2.2 Solo, subsolo, espaço aéreo, águas interiores e mar territorial

1.2.3 Aquisição de território: descoberta; acessão; cessão; conquista.

### **1.3 Governo efetivo**

### **1.4 Capacidade para estabelecer relações com outros Estados (independência ou soberania)**

## **2. Classificação dos Estados**

### 2.1 Simples

### 2.2 Compostos

2.2.1 Por coordenação

2.2.2 Por subordinação

## **3. Domínio reservado dos estados**

## **4. Direitos e Deveres dos estados**

## **5. Criação de estado**

5.1 Descolonização

5.2 Secessão ou desmembramento

## **6. Extinção de estado**

## **Aula 7 – Formação territorial do Brasil e Direito Internacional dos Espaços**

*Itens do edital: 19 Território. Formação do território brasileiro. 34 Áreas além dos limites da jurisdição exclusiva dos Estados.*

### **1. Formação territorial do Brasil**

1.1 Mare liberum vs mare clausum

1.2 Tratados entre Portugal e Espanha

1.3 Alexandre de Gusmão e o Direito Internacional

1.4 Controvérsias limítrofes no Império e na República; os princípios jurídicos

### **2. Direito Internacional dos Espaços**

2.1 Áreas não sujeitas à jurisdição exclusiva de nenhum estado

2.2 *Res communis* e patrimônio comum da humanidade

2.3 Fundos marinhos e alto mar

2.4 Direito do Espaço Exterior

2.4.1 Os cinco tratados

2.4.2 Os cinco conjuntos de princípios

2.5 Regulamentação jurídica da Antártida

## **Aula 8 – Nacionalidade**

*Item do edital: 20 Povo. Nacionalidade. Formas de aquisição, perda e reaquisição. Proteção a brasileiros no exterior. Direitos e deveres de nacionais no exterior. Dupla e/ou múltipla nacionalidade. Apatridia e polipatria.*

### **1. Definição de nacionalidade**

1.1 Diferenças entre nacionalidade e cidadania

### **2. Nacionalidade para o DIP – vínculo efetivo**

2.1 Proteção diplomática; jurisprudência e trabalhos da CDI

2.2 Oponibilidade da nacionalidade a terceiros estados – o caso Nottebohm

2.3 Conflitos de nacionalidade: apatridia e polipatridia; lei de migração; convenções internacionais.

### **3. Nacionalidade brasileira - artigo 12 CF**

3.1 Originária

3.2 Derivada

3.2.1 Naturalização ordinária

3.2.2 Naturalização especial

3.2.3 Naturalização extraordinária

3.2.4 Naturalização provisória

3.3 Adoção internacional

### **4. Perda da nacionalidade brasileira**

### **5. Reaquisição da nacionalidade brasileira**

### **6. Proteção a brasileiros no exterior**

### **7. Nacionalidade de empresas, de embarcações e de aeronaves**

6.1 Jurisprudência internacional

## **Aula 9 - Condição jurídica do estrangeiro**

*Item do edital: 20. Situação jurídica do estrangeiro. Asilo.*

## **1. A lei de migração**

## **2. Entrada de estrangeiro**

- 2.1. Documentos de viagem
- 2.2. Vistos
- 2.3. Asilo
- 2.4. Impedimento de ingresso

## **3. Permanência do estrangeiro em território nacional**

- 3.1 Direitos do estrangeiro
- 3.2 Estatuto da Igualdade para portugueses

## **4. Retirada compulsória do estrangeiro**

- 4.1. Repatriação
- 4.2. Deportação
- 4.3. Expulsão

## **Aula 10 – Reconhecimento de Estado e de Governo**

*Item do edital: 18 Estado. Surgimento e extinção de Estados. Sucessão de Estados. Direitos e Deveres. Soberania. Reconhecimento de Estado e Governo.*

### **1. Reconhecimento de Estado**

- 1.1 Natureza jurídica – teorias constitutiva e declaratória
- 1.2 Características
- 1.3 Reconhecimento tácito e expresse
- 1.4 Requisitos para que um estado seja reconhecido

### **2. Reconhecimento de Governo**

- 2.1 Características
- 2.2 Reconhecimento *de jure* e *de facto*
- 2.3 Doutrinas Tobar e Estrada
- 2.4 Doutrinas Wilson, Bettancourt e Larreta
- 2.5 Requisitos para que um governo seja reconhecido



## **Aula 11 – Sucessão de estados**

*Item do edital: 18 Estado. Sucessão de Estados.*

- 1. Definição e modalidades de sucessão**
- 2. Sucessão de estados em matéria de tratados**
  - 2.1 A Convenção de Viena de 1978
    - 2.1.1 Análise artigo por artigo
- 3. Sucessão de estados em matéria bens, de arquivos e de dívidas**
  - 3.1 Convenção de Viena de 1983
- 4. Sucessão de estados em matéria de participação em OIs**
- 5. Sucessão de estados em matéria de responsabilidade internacional**

Os trabalhos da CDI
- 6. Sucessão de estados em matéria de nacionalidade**

## **Aula 12 - Responsabilidade Internacional**

*Item do edital. 21 Responsabilidade internacional do Estado. Proteção diplomática.*

- 1. Origem da responsabilidade internacional**
  - 1.1 Fato ilícito internacional
    - 1.1.1 Exceção: responsabilidade decorrente de ato lícito
  - 1.2 Atribuição – nexos de causalidade
  - 1.3 Dano – sua necessidade depende da norma primária
- 2. Consequências da responsabilidade internacional**
  - 2.1 Interrupção da prática e garantias de não repetição
  - 2.2 Reparação integral
    - 2.2.1 Restituição
    - 2.2.2 Compensação
    - 2.2.3 Satisfação
  - 2.3 Responsabilidade internacional agravada
    - 2.3.1 *Ex injuria jus non oritur*
    - 2.3.2 Jurisprudência internacional

### **3. Implementação da responsabilidade internacional**

#### 3.1 Retaliações

##### 3.1.1 Retorsões

##### 3.1.2 Contramedidas

#### 3.2 Sanções institucionalizadas

### **4. Quem pode invocar a responsabilidade**

#### 4.1 Estado lesado

#### 4.2 Estado que não seja o lesado

##### 4.2.1 Por violação de obrigação *erga omnes parte*

##### 4.2.2 Por violação de obrigação *erga omnes*

## **Aula 13 – Jurisdição e imunidade de jurisdição**

*Item do edital. 21 Jurisdição. Imunidades.*

### **1. Princípios jurisdicionais**

#### 1.1 Princípio da territorialidade

#### 1.2 Princípio da nacionalidade

#### 1.3 Princípio protetivo

#### 1.4 Princípio da universalidade

### **2. Imunidades**

#### 2.1 Imunidades dos principais representantes dos estados

#### 2.2 Imunidades soberanas dos estados

#### 2.3 Imunidades de organizações internacionais

### **3. Imunidade soberana - *par in parem non habet iudicium***

#### 3.1 Atos de Império

#### 3.2 Atos de Gestão

### **4. Imunidade de execução dos estados**

### **5. Imunidades dos estados e violações de direitos humanos**

Jurisprudência internacional

### **6. Imunidade de Organizações Internacionais**

Fonte e jurisprudência

## **Aula 14 – Relações diplomáticas e consulares**

*Item do edital. 21 Jurisdição. Relações diplomáticas e consulares.*

1. **Relações diplomáticas**
2. **Chefes da missão diplomática: agrément**
3. **Locais da missão diplomática**
4. **Agentes diplomáticos: imunidades e privilégios**
5. **Membros do pessoal técnico e administrativo: imunidades e privilégios**
6. **Membros do pessoal de serviço: imunidades e privilégios**
7. **Relações consulares**
8. **Chefe de missão consular: carta patente e *exequatur***
9. **Funcionários consulares: imunidades e privilégios**
10. **Empregados consulares: imunidades e privilégios**
11. **Cônsules honorários**

## **Aula 15 - Direitos Humanos**

*Item do edital: 28 Direito internacional dos direitos humanos. Exigibilidade. Tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Incorporação no direito brasileiro. Sistemas convencionais de petições. Conselho de Direitos Humanos. Órgãos de tratados.*

### **1. Direito Internacional dos Direitos Humanos**

- 1.1 Afirmação Histórica
- 1.2 Conselho de Direitos Humanos
  - 1.2.1 Procedimentos especiais
  - 1.2.2 Revisão Periódica Universal
- 1.3 Órgãos de Tratados
  - 1.3.1 As principais convenções
  - 1.3.2 Os sistemas de monitoramento

### **2. Direito Internacional Humanitário**

- 2.1 Direito de Genebra
  - 2.1.1 Convenções e jurisprudência
- 2.2 Direito de Haia
- 2.3 Direito de Nova York
- 2.4 Direito de Roma

### **3. Direito Internacional dos Refugiados**

- 3.1 Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados , 1951
- 3.2 Protocolo Adicional de 1967
- 3.3 A proteção dos refugiados no continente africano
- 3.4 A proteção dos refugiados na América Latina
- 3.5 A lei 9.474/1997

### **Aula 16 – Direitos Humanos: sistemas regionais**

*Item do edital: 28 Sistema Interamericano de Direitos Humanos.*

#### **1. Sistema europeu**

- 1.1 Conselho da Europa
- 1.2 Convenção Europeia de Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais
- 1.3 Protocolo 11
- 1.4 A Corte Europeia de Direitos Humanos
  - 1.4.1 Jurisdição e jurisprudência

#### **2. Sistema americano**

- 2.1 Organização dos Estados Americanos
- 2.2 Comissão Americana de Direitos Humanos
- 2.3 Pacto de São José da Costa Rica
- 2.4 Protocolo de São Salvador
- 2.5 Corte Americana de Direitos Humanos
  - 2.5.1 Competências *ratione personae; ratione materiae; ratione loci; ratione temporis*
  - 2.5.2 Jurisprudência
  - 2.5.3 O Brasil e a Corte Interamericana

#### **3. Sistema africano**

- 3.1 União Africana
- 3.2 Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos
- 3.3 Corte Africana de Direitos Humanos

### **Aula 17 - Justiça Penal Internacional**

*Item do edital: 30 Direito penal internacional. Tribunais internacionais penais. Tribunal Penal Internacional.*

#### **1. Tribunais de Nuremberg e de Tóquio**

- 1.1 Estatutos e poderes

**2. Tribunal Internacional *ad hoc* para a Ex-Iugoslávia.**

**3. Tribunal Internacional *ad hoc* para Ruanda**

**4. Tribunal Penal Internacional - Estatuto de Roma**

4.1 Jurisdição do TPI: *ratione materiae, ratione personae, ratione loci, ratione temporis.*

4.2 Admissibilidade de casos

4.3 Composição

4.4 Assembleia dos Estados Partes

4.5 Cooperação com o TPI

4.6 Jurisprudência

4.7 O Brasil e o TPI

**5. Tribunais Híbridos**

5.1 Corte Especial para Serra Leoa

5.2 Tribunal para o Camboja

5.3 Painéis de Regulação para o Kosovo

5.4 Painéis Especiais para o Timor Leste

5.5 Câmara para os Crimes de Guerra na Bósnia

5.6 Tribunal Especial para o Líbano

5.7 Alto Tribunal para o Iraque

5.8 Câmara para os Crimes de Guerra na Sérvia

5.9 Câmaras Extraordinárias Africanas

**Aula 18 – Organizações Internacionais e OEA**

*Item do edital: 25 Organizações internacionais. Incorporação ao direito brasileiro dos atos de organizações internacionais. Organização dos Estados Americanos. Carta Democrática Interamericana.*

**1. Teoria Geral das organizações internacionais**

1.1 Elementos constitutivos

1.2 Características das OIs

1.3 Capacidades internacionais

1.4 Classificação

1.5 Admissão de novos membros

1.6 Responsabilidade internacional de OIs

**2. Organização dos Estados Americanos**

2.1 Histórico

2.2 Propósitos

2.3 Estrutura Institucional

2.4 Carta Democrática Interamericana

## **Aula 19 – Organização das Nações Unidas**

*Item do edital: 25 Organização das Nações Unidas. Agências da Organização das Nações Unidas.*

- 1. História**
- 2. Princípios e propósitos**
- 3. Membros**
- 4. Estrutura institucional**
  - 4.1 Assembleia Geral
  - 4.2 Conselho de Segurança
  - 4.3 ECOSOC
  - 4.4 Secretariado
  - 4.5 Corte Internacional de Justiça
  - 4.6 Conselho de Tutela
- 5. Agências especializadas da ONU**
- 6. Procedimento legal para a reforma da ONU**

## **Aula 20 – Corte Internacional de Justiça**

*24 Corte Internacional de Justiça.*

- 1. Composição**
- 2. Jurisdição Contenciosa**
  - a. Existência de uma controvérsia
  - b. Partes
  - c. Formas de reconhecimento da jurisdição
  - d. Admissibilidade
  - e. Procedimentos
- 3. Jurisdição Consultiva**
  - a. Requisitos
  - b. Legitimados
  - c. Admissibilidade
- 4. Jurisprudência da CIJ**
- 5. O Brasil e a CIJ**

## **Aula 21 - Uso da Força no Direito Internacional**

*Item do edital: 27 Uso da força. Prática diplomática brasileira. Segurança coletiva. Uso da força e direitos humanos. Operações de manutenção da paz. Desarmamento e Não-Proliferação. Controle de armas. Terrorismo.*

- 1. Evolução Histórica**
- 2. *Jus contra bellum***
- 3. Legítima defesa**
  - 3.1 Requisitos
  - 3.2 Proporcionalidade
  - 3.3 Necessidade
  - 3.4 Legítima defesa antecipatória
  - 3.5 Legítima defesa coletiva
  - 3.6 Jurisprudência internacional
- 4. CSNU, Cap. VII**
  - 4.1 Intervenção de estados
  - 4.2 Missões de paz
- 5. Controle de armas; terrorismo**
- 6. Organizações e entidades regionais**
- 7. Convite Vs não intervenção**
- 8. Autodeterminação dos povos**

## **Aula 22 - Solução Pacífica de Controvérsias**

*24 Solução pacífica de controvérsias. Prática diplomática brasileira. Bons ofícios. Mediação. Investigação ou inquérito. Conciliação. Meios jurisdicionais. Arbitragem. Meios judiciais. Corte Internacional de Justiça. Outros tribunais internacionais.*

- 1. Meios diplomáticos**
  - 1.1 Negociações direitas
  - 1.2 Sistema de consultas
  - 1.3 Bons ofícios
  - 1.4 Mediação
  - 1.5 Conciliação
- 2. Meios políticos**
  - 2.1 Organizações Internacionais

### **3. Meios jurisdicionais**

3.1 Arbitragem

3.2 Meios judiciais

3.2.1 Tribunais Internacionais

3.2.2 A jurisdição internacional

### **4. Prática diplomática brasileira**

## **Aula 23 – Direito da Integração e Direito Europeu**

*Itens do edital: 25. Outras organizações internacionais regionais. Direito comparado. 26 Direito da Integração Regional.*

### **1. Modelos de integração**

### **2. Integração Europeia**

2.1 Gênese

2.2 Estrutura institucional

2.3 Normativa originária e derivada

2.4 Processo legislativo

2.5 Tribunal de Justiça da União Europeia

2.5.1 Jurisdição

2.5.2 Jurisprudência

## **Aula 24 – MERCOSUL**

*Item do edital: 26 Direito da Integração Regional. MERCOSUL. Relação com o Direito brasileiro. Órgão de Solução de Controvérsias. Jurisprudência.*

### **1. Gênese**

### **2. Natureza jurídica do MERCOSUL**

### **3. Estrutura Institucional**

1.1 Órgãos Decisórios do MERCOSUL

1.2 Parlamento do MERCOSUL

### **4. Fontes do MERCOSUL**

### **5. Sistema de Solução de Controvérsias**

8.1 Protocolo de Olivos, de 2002

8.2 Tribunal Permanente de Revisão

8.3 Competências contenciosa e consultiva



## **6. Adesão, denúncia, suspensão**

### **Aula 25 – Direito do Comércio Internacional**

*Item do edital: 31 Direito do comércio internacional. Organização Mundial do Comércio. Acordos. Órgão de Solução de Controvérsias. Jurisprudência*

#### **1. GATT**

- 1.1 Natureza jurídica
- 1.2 Princípios

#### **2. Organização Mundial do Comércio**

- 2.1 Natureza jurídica
- 2.2 Direito Material
- 2.3 Princípios
- 2.4 Exceções gerais; exceções de segurança
- 2.5 Medidas de defesa comercial
- 2.6 Tratamento Especial e Diferenciado
- 2.7 Sistema de Solução de Controvérsias
  - 2.7.1 Consultas
  - 2.7.2 Grupo especial
  - 2.7.3 Órgão Permanente de Apelação
  - 2.7.4 Adoção do relatório pelo OSC
  - 2.7.5 Fase de implementação
  - 2.7.6 Fiscalização da implementação
  - 2.7.7 Retaliações
  - 2.7.8 Arbitragem
- 2.8 Crise no sistema de solução de controvérsias
- 2.9 Jurisprudência
- 2.10 O Brasil e a OMC

### **Aula 26 – Direito do Mar**

*Item do edital: 32 Direito Internacional do Meio Ambiente. Direito Internacional do Mar. Tribunal Internacional do Direito do Mar.*

#### **1. Evolução Histórica**

- a. O costume
- b. Conferências das Nações Unidas

#### **2. A Convenção de Montego Bay**

#### **3. Mar Territorial**

4. Zona Contígua
5. Zona Econômica Exclusiva
6. Plataforma Continental
7. Alto mar
8. Fundos Marinhos
9. Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos
10. Tribunal Internacional de Direito do Mar
  - a. Jurisdição
  - b. Composição
  - c. Jurisprudência
11. O Mar do Sul da China

## **Aula 27 – Direito Internacional do Meio Ambiente e Direito Internacional do Trabalho**

*Itens do edital: 32 Direito Internacional do Meio Ambiente. 33. Direito internacional do trabalho. OIT. Convenções, recomendações e supervisão normativa.*

### **1. Direito Internacional do Meio Ambiente**

- a. Evolução histórica
- b. A importância do *soft law*
- c. Princípios de Direito Internacional do Meio Ambiente
- d. As principais convenções

### **2. Direito Internacional do Trabalho**

- a. Organização Internacional do Trabalho
- b. Histórico
- c. Princípios
- d. Estrutura Institucional
- e. Convenções e recomendações
- f. Supervisão normativa

## **Aula 28 - Direito Internacional Privado**

*Item do edital: 17 DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

### **1. DIPriv – definição**

- 1.1 Elemento de estraneidade
- 1.2 Fontes

## **2. Conflito de jurisdição**

- 2.1 Código de Processo Civil
- 2.2 Competência concorrente e exclusiva
- 2.3 Cláusulas de eleição de foro

## **3. Conflito de leis**

- 3.1 Regras de conexão
- 3.2 LINDB
- 3.3 *lex domicilli, lex loci celebrationis, lex rei sitae*, lei mais favorável
- 3.4 *Dépeçage*, reenvio

## **4. Cooperação jurídica internacional**

- 4.1 Homologação de sentença estrangeira
- 4.2 Cartas rogatórias: Ordinárias; Instrutórias; Executórias
- 4.3 Auxílio direto

## **5. Cooperação Jurídica Internacional no MERCOSUL**

### **Aula 29 - Cooperação jurídica internacional em matéria penal**

*Item do edital: 35 Cooperação Jurídica internacional. Matéria penal e cível.  
Regimes vigentes no direito brasileiro.*

- 1. Homologação de sentença estrangeira**
- 2. Exequatur a carta rogatória**
- 3. Auxílio direto**
- 4. Extradução**
- 5. Transferência de execução da pena**
- 6. Transferência de condenados**
- 7. Entrega ao TPI**
- 8. Mandado Mercosul de captura**

### **Aula 30 – Atualidades de Direito Internacional**

*(A ementa específica desta aula será divulgada próximo ao fim do curso, de modo a identificar as principais atualidades de Direito Internacional no momento da aula)*

- 1. Principais atualidades jurisprudenciais**
- 2. Principais atualidades acadêmicas**
- 3. Temas mais prováveis de serem cobrados em prova**
- 4. Outros temas selecionados pelos alunos**